



Malan: ideal é acabar com a desindexação em julho do ano que vem

Queda-de-braço na equipe

O governo está acelerando os debates em torno do processo de desindexação salarial e tributária. Ainda não existem decisões sobre o assunto. A atual política salarial acaba em julho, com o fim do IPC-r.

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Trabalho, Paulo Paiva, defendem aumento salarial anual, nas datas-base, acumulando 50% da inflação passada e 50% da futura, prefixada em patamar mais baixo. Trata-se de política de transição.

O presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, quer desindexação já a partir de 1º de julho. Malan e Paiva pensam nela para o mesmo dia, mas de 1996. Para eles o país não está pronto para a livre negociação.

Taxa — Arida chegou a lançar sobre a mesa, mas sem grande entusiasmo, o uso da TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo) para definição do reajuste salarial. A última TJLP apontou 23% ao ano.

A inflação prevista para este ano varia entre 26% e 30%. Nesse caso, seriam sete pontos percentuais a menos do que a inflação passada pelo IPC-r.

A proposta de desindexação (livre negociação) tem apoio da Força Sindical, presidida por Antônio Medeiros. A Central Unica dos Trabalhadores (CUT) não aponta problemas para que esse passo seja dado.

Paiva entende que, com a inflação ainda alta, os sindicatos menos organizados poderiam obter acordos prejudiciais para seus trabalhadores, o que deporia contra o Plano Real.

A desindexação não atinge apenas salários e impostos, mas uma sé-

rie de contratos (veja quadro) como os de aluguel, que tendem a seguir as mesmas regras que serão adotadas para os rendimentos dos trabalhadores.

Impostos — A Receita Federal resiste à semestralização da Ufir (indexador dos impostos), por entender que o atual nível de inflação ainda não permite isso.

Haveria perda de arrecadação, a qual tem coberto os gastos do governo com dificuldade.

Há proposta para semestralização a partir de 1º de julho próximo e

anualização em 1º de janeiro de 1996. Ela não conta com grande simpatia, atualmente.

Outra hipótese, mais provável, é a de a Ufir tornar-se semestral em 1996 e anual a partir de 1997, se eventual reforma fiscal não mudar o ano fiscal brasileiro.

A proposta de mudança do ano fiscal pode ser feita pelo governo. Existem estudos nesse sentido. Atualmente, o ano fiscal vai de janeiro a dezembro. Ele pode passar a ser de julho a junho em 1996 ou 1997.

O PROCESSO

INDEXAÇÃO — Aumento de preços, salários e valores contratuais pela inflação passada, seja ela de um mês ou um ano. É o que Malan chama de dirigir um carro olhando para o retrovisor.

Consequência — A indexação dificulta a queda da inflação, pois os aumentos refletem, no mínimo, os índices do passado.

Avaliação — O Plano Real chegou a um ponto — inflação anual entre 25% e 30% — em que a indexação dificulta queda maior.

DESINDEXAÇÃO — À primeira vista, seria hora de desindexar, ou seja, acabar com as normas de indexação e dar liberdade ao mercado.

Consequência — O Brasil tem sua economia indexada há

quase 30 anos. A inflação anual ainda é alta e o mercado tenderia a manter a cultura indexadora.

Solução — Adotar uma política de transição, até para "educar" o brasileiro (o motorista, na metáfora de Malan) a pensar em reajustes olhando para a frente e não para o retrovisor. Esta política somaria inflação passada com inflação futura.

Prazo — Até julho de 1996, a inflação, conforme aposta Malan, não só estaria mais baixa, mas em queda consistente, porque receitas e despesas já teriam adquirido equilíbrio; e os problemas da balança comercial, já seriam coisa do passado. O país estaria melhor e a desindexação teria maior probabilidade de êxito.